



TIM contratou  
Ronaldo na  
baixa e vai  
usá-lo na alta

ECONÔMICO  
**Valor**



Busca



Terça-feira, 2 de julho de 2002 - Ano 3 - Nº 541 - 1º Caderno

ECONÔMICO  
**Valor**

### Cadernos

- :: 1º Caderno
- :: Empresas & Tecnologia
- :: Finanças
- :: Eu&
- :: Legislação & Tributos

### Suplementos

- :: Guia Valor Veículos
- :: The Economist
- :: Turismo
- :: Fundos de Investimento
- :: Empresa & Comunidade

### Índice

- :: Geral
- :: Empresas Citadas

### Colunistas

- :: Angela Bittencourt
- :: Antonio Delfim Netto
- :: Otaviano Canuto
- :: Ricardo Amaral

### Canais

- :: Valor + News
- :: Valor 1000
- :: Valor Digital m
- :: Valor Econômico
- :: Valor Indicadores
- :: Valor Notícias
- :: Valor Setorial
- :: Valor Simulado

### Revista

- :: Estampa

### Seminários

- :: Desafios do Turismo
- :: Outros temas

### Prêmios

- :: Valor Social
- :: Ethos Valor

### Serviços

- :: Assine o jornal
- :: Edições anteriores
- :: Expediente
- :: Fale Conosco
- :: Publicidade

## Crise de trabalho e de renda voltou às regiões metropolitanas

### De São Paulo

A análise das condições de emprego e renda da população revela mais baixos que altos desde que o Plano Real foi anunciado, há oito anos. É o que indicam as opiniões do chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, e do secretário municipal de Trabalho de São Paulo, Marcio Pochmann.

Segundo o Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o índice de rendimento para a Região Metropolitana de São Paulo de abril deste ano, mostra retorno ao patamar pré-plano Real (abril de 1993), lembra Pochmann.

Neri diz que nas áreas metropolitanas voltou a crise do trabalho. A taxa média de desemprego aberto da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, realizada nas seis principais regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo e Porto Alegre), ficou em 7,7% da População Economicamente Ativa (PEA), em maio.

Mas o economista da FGV pondera que, entre 1996 e 1999, houve redução da pobreza em 0,57% ao ano. Portanto, diz que ocorreu alguma proteção aos mais pobres.

"Os governos federal, estaduais e municipais gastam 21% do PIB com a área social. Não falta dinheiro. O que falta é qualidade nesse gasto", diz o economista da FGV.

O ponto negativo, na análise de Neri, é a falta de apoio aos que mais perderam nas áreas metropolitanas. Ele sugere medidas como oferecer linhas de crédito para reinserir esses desempregados no mercado de trabalho.

O governo federal deu início em 2001 ao Projeto Alvorada. É um conjunto de 16 programas nas áreas de educação, saúde e geração de renda e emprego que atenderá, até o final do ano que vem, 2.313 municípios em 23 Estados, beneficiando 38 milhões de pessoas.

Marcelo Neri tem três críticas ao Alvorada. Diz que chegou tarde, é mal divulgado e a remuneração básica de alguns programas, (R\$ 15) é insuficiente. Um aposentado recebe R\$ 200. O mérito do Alvorada, segundo Neri, é priorizar regiões com pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

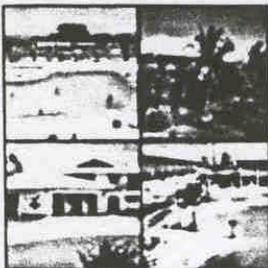
A FGV defende a adoção de metas sociais pelo governo. Se o parâmetro é a renda mensal de R\$ 80, há 50 milhões de miseráveis no Brasil. A principal meta social que poderia ser adotada é a redução da miséria em 50% até 2015. "O Brasil não pode esperar pelos efeitos da educação. Pobre precisa de comida", diz Neri.

Os oito anos do Plano Real podem ser divididos, segundo o economista da FGV, em quatro fases. A "lua de mel" durou de 1994 a 1996, quando

- Papel,  
Celulose  
e Embalagen

- Comércio  
Atacadista  
e Varejista

Valor Setorial



foram registrados ganhos de renda expressivos para todos. Nesse primeiro período, o salário mínimo saltou de R\$ 70 para R\$ 100, com inflação baixa. A taxa de redução da miséria foi de 5,6% apenas com o fim do que se chama "imposto inflacionário". Entre julho de 1994 e o final de 1996, a miséria reduziu-se de 33% para 25%.

Depois disso, de 1996 a 1999, Neri afirma que houve a crise de desemprego metropolitano. A economia foi prejudicada pelas crises asiática (1997), russa (1998) e a desvalorização do real, em janeiro de 1999.

A renda familiar "per capita" nas áreas metropolitanas cai 4,5% ao ano nesses três anos. Nos grandes centros, o desemprego aumenta 12,5% ao ano entre 1996 e 1999. Mas, a renda de aposentadorias, seguro-desemprego, programas sociais e outras não vinculadas ao trabalho cresce 6,2% ao ano nesse mesmo período nas áreas não-metropolitanas.

Do início de 2000 até março de 2001 o país viveu a volta do otimismo, com previsões de crescimento de 4% do PIB. Mas a crise de energia acabou com esse sentimento.

Pochmann critica as ações do governo federal para combater o desemprego. "As três políticas são equivocadas porque não geraram emprego, reforçaram o trabalho informal e concentraram recursos em pessoas já qualificadas", justifica o secretário.

Do ponto de vista do emprego e da renda, Pochmann diz que o Plano Real reforçou a recuperação da economia que iniciou-se em 1992. Renda e ocupação tiveram ganhos até 1997. Mas o secretário afirma que o desemprego no Plano Real foi negado pelo governo até 1998, quando três políticas foram implementadas.

Na primeira delas, Pochmann diz que o governo federal culpou as pessoas não qualificadas. Então, criou o Plano de Formação Profissional, que já atendeu 15 milhões de pessoas. Uma segunda política oficial foi a da difusão do microcrédito. A terceira política do governo federal nessa área foi destinada à desregulamentação do mercado de trabalho. **(AG)**

 Voltar  Imprimir  Enviar Matéria